

- b) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área da residência;
- d) Certificado do registo criminal;
- e) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos.

10.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) a e) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

11 — Composição e identificação do Júri:

Presidente: Dr. José António Costa Salgado, Diretor de Serviço de Psiquiatria do CHPL.

1.º Vogal efetivo: Dra. Maria Alice Medeiros Madeira Nobre, Diretora de Serviço de Psiquiatria do CHPL;

2.º Vogal efetivo: Dra. Ana Maria Penedones Fernandes Caixeiro, Assistente Graduada de Psiquiatria do CHPL.

1.º Vogal suplente: Dra. Maria João Silva Carnot Romão, Diretora de Serviço de Psiquiatria do CHPL.

2.º Vogal suplente: Dra. Amélia Maria Lérias Duarte, Assistente Graduada de Psiquiatria do CHPL.

12 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos

A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada nas instalações do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Pavilhão 11, sito na Avenida do Brasil n.º 53, 1749-002 Lisboa, e na página eletrónica do CHPL, em [www.chpl.pt](http://www.chpl.pt).

13 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

27 de dezembro de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração, *Isabel Paixão*.

206631968

## Direção-Geral da Saúde

### Despacho n.º 247/2013

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência do meu despacho datado de 15 de novembro de 2012, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna da enfermeira, da carreira especial de enfermagem, Maria Bárbara Vilhena Catanho de Menezes, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo que vai ser celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 15 novembro de 2012, integrando um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direção-Geral, sendo mantida a mesma posição remuneratória do serviço de origem, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, ACES Lisboa Norte.

15 de novembro de 2012. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

206632072

### Despacho n.º 248/2013

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, designo em comissão de serviço, Delegada de Saúde Adjunta, para o ACES/Barlavento, a médica assistente graduada sénior da especialidade de saúde pública, Dra. Ana Cristina Martins Borges Costa da Fonseca, sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., e ouvido o Diretor Executivo do respetivo Agrupamento.

O presente despacho produz efeitos a 1 de novembro de 2012

30 de novembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Francisco George*.  
206632104

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

### Delegação Regional do Centro

#### Despacho (extrato) n.º 249/2013

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., de 27 de dezembro de 2012:

Autorizados os regimes de horário acrescido de 42 horas/semanais, pelo período de três meses, com efeitos a 01.01.2013, de acordo com o estipulado nos artigos 54.º e 55.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 08 de novembro, aos enfermeiros abaixo discriminados:

#### Unidade de Alcoologia

Maria João Ruas da Silva Ramos

#### Unidade de Desabituação

Cátia Sofia Lopes Marouvo Gonçalves

#### CRI de Aveiro

Ana Clara Lírio Morais

#### CRI de Coimbra

Leopoldina Monteiro Ferreira dos Santos  
Nídia Raquel Pereira

#### CRI de Leiria

Ana Suzete de Abreu Simões

27 de dezembro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo do IDT, I. P., *Manuel Ribeiro Cardoso*.

206632923

## Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

### Despacho n.º 250/2013

Por deliberação do Conselho Diretivo, datada de 11.10.2012, proferida ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do Despacho n.º 12132/2011, de 15 de setembro, da subdelegação de competências do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, foi autorizada a renovação da licença especial, para exercício de funções transitórias em Macau, por um ano, ao abrigo do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89/G/98, de 13 de abril, com efeitos a 01.10.2012, relativamente ao licenciado Carlos Manuel Rangel Silvano Fernandes.

15 de outubro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *João Castel-Branco Goulão*.

206634592

### Despacho n.º 251/2013

Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, conjugado com os n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de janeiro, o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 33/2012, de 13 de fevereiro, para os efeitos previstos no n.º 15 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e após:

a) A reafetação dos trabalhadores do serviço extinto, Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., aos postos de trabalho do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e das Administrações Regionais de Saúde, I. P., nos termos do n.º 7 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

b) A reafetação dos recursos financeiros, dos bens imóveis, dos bens móveis e veículos necessários à prossecução das atribuições e ao exercício das competências transferidas, ao abrigo do disposto, respetivamente, no n.º 1 do artigo 11.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º, na alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 16.º e no n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro:

Declara-se que o processo de fusão do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., no Serviço de Intervenção nos Comportamentos Adi-

tivos e nas Dependências, nas Administrações Regionais de Saúde, I. P., e na Inspeção-Geral das Atividades em Saúde se encontra concluído com efeitos reportados a 31 de dezembro de 2012.

26 de dezembro de 2012. — O Coordenador do Processo de Fusão, Diretor-Geral do SICAD, *João Castel-Branco Goulão*.

206631635

**Despacho n.º 252/2013**

1 — Por meu despacho de 26 de dezembro de 2012, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, e dada a vacatura do lugar, é nomeada, em regime de substituição, no cargo de chefe de Divisão de Gestão de Recursos, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a mestre Maria José Fatela Ribeiro. A nomeada reúne os requisitos legais para o provimento do cargo, tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2013.

26 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

**Sinopse curricular**

Maria José Fatela Ribeiro  
Habilitações Académicas

Mestrado em Gestão dos Serviços de Saúde, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)  
Licenciatura em Gestão pela Universidade Lusíada

Representação Profissional

Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas  
Membro da Ordem dos Economistas — Colégio da Especialidade “Economia e Gestão Empresariais”

Atividade Profissional

Ministério da Saúde:

2007-2012

Funções de Diretora do Departamento de Planeamento e Administração Geral (DPAG) do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., abrangendo as áreas de recursos humanos, económico-financeira, patrimonial, planeamento e Informática.

2003-2007

Responsável da Unidade Económica e Financeira do Instituto da Droga e da Toxicodependência, abrangendo as áreas de económico — financeira, patrimonial e aprovisionamento

2000-2003

Técnica Superior na área económica-financeira no Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.

Ministério da Justiça:

Até 2000

Técnica Superior na área económica-financeira no Gabinete de Gestão Financeira.

Outras Atividades

Integrou em representação do IDT, desde 2007 a 2009 a Comissão Sectorial para a Saúde — do Instituto Português da Qualidade.

Integrou o Grupo de Trabalho, que funcionou junto da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., para a elaboração da proposta de quota global de contratações a termo certo para o Serviço Nacional de Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 276-A/2007, de 31 de julho.

Participação em diversos cursos, seminários, congressos e outras ações de formação, com estreita ligação às atividades desenvolvidas.

206634438

**MINISTÉRIOS DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL**

Gabinetes dos Ministros da Saúde, da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social

**Despacho n.º 253/2013**

O Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de Outubro, na sequência dos princípios consignados na convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009, criou o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, adiante designado por SNIPI.

Nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de Outubro, é criada uma comissão de coordenação do SNIPI.

Considerando que os atuais elementos da comissão de coordenação do SNIPI foram nomeados através do Despacho n.º 405/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 13 de janeiro de 2012.

Considerando o impedimento dos dois representantes do Ministério da Educação e Ciência para o exercício de funções naquela comissão, é necessário proceder à sua substituição, conforme previsto no ponto 2 do citado Despacho.

Considerando que importa assegurar o normal funcionamento da comissão coordenadora do SNIPI, para o cumprimento das suas atribuições, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, determinam os Ministros da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social, o seguinte:

1 — São nomeados os dois representantes do Ministério da Educação e Ciência, na comissão coordenadora do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância:

- a) Mestre Maria de Fátima Pereira Marinho;
- b) Mestre Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha.

2 — Mantêm-se as restantes nomeações constantes do Despacho n.º 405/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 13 de janeiro de 2012.

3 — O presente despacho produz efeitos a 27 de novembro de 2012.

5 de dezembro de 2012. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*. — O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

206628103

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

Direção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária de Alberto Sampaio

**Aviso n.º 207/2013**

**Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional.**

Ao abrigo do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torno público que no uso das competências que me foram delegadas por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração Escolar proferido em 05/04/2012, publicado em 13/04/2012 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, páginas 13408 a 13412, foi homologada a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional desta Escola não Agrupada, Escola Secundária de Alberto Sampaio, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 12562/2012, publicado no *Diário da República*, n.º 183, 2.ª série, de 20 de setembro:

- 1.º Maria da Conceição Oliveira Rodrigues — 17,900 valores
- 2.º Maria das Dores Pereira Silva Alves — 17,700 valores

27 de dezembro de 2012. — A Diretora, *Maria Manuela Ribeiro de Almeida Gomes*.

206631992